

ID: 680620

Práticas de governação hospitalar – a adopção de práticas de bom governo por parte dos hospitais públicos

V. Raposo, Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra, PORTUGAL;

Objectivos (Objectives):

A adopção de princípios de boa governação das empresas do sector empresarial do Estado (SEE), seguindo recomendações da OCDE e do Banco Mundial, insere-se no movimento da governação empresarial e da produção de códigos e princípios de boa governação empresarial.

Os objectivos deste trabalho são: (A) numa perspectiva macro, identificar quais as medidas adoptados pelo Estado que contribuem para a adopção de princípios de bom governo nos hospitais públicos; (B) numa perspectiva micro, analisar a adopção de boas práticas (transparência e de prestação de contas) utilizando o conjunto de opiniões/percepções de um painel de peritos com experiência de administração/gestão em hospitais públicos e privados.

Metodologia (Methodology):

(A) Foi feito um levantamento da legislação publicada nos últimos anos e outras medidas de reforma iniciadas pelo Estado.

(B) Foram utilizados os dados obtidos com a aplicação de uma entrevista semi-estruturada, utilizando um questionário de governação hospitalar, a um painel de 22 peritos: 18 são membros dos CA de 8 hospitais seleccionados (com diferentes experiências no processo de empresarialização) e 4 são peritos externos. Foram consideradas questões relacionadas com os membros do CA (conflitos de interesse, identidade, currículos e remuneração/outros direitos dos membros do CA) bem como de acesso a fontes informação. As perguntas eram de resposta fechada.

Os dados qualitativos foram sujeitos a análise de conteúdo utilizando o Atlas.ti.

Resultados (Results):

(A) Foram dados alguns passos na adopção de práticas de boa governação nas empresas do SEE: aprovação do novo estatuto do gestor público; aprovação de princípios de bom governo nas empresas do SEE (uma das suas consequências directas foi a criação de um sítio para a divulgação de informação relativa ao SEE); alteração do regime jurídico do SEE e das empresas públicas para nele reflectir questões relacionadas com a governação empresarial; criação da Comissão de Avaliação dos Conselhos de Administração dos Hospitais EPE (CACAH).

(B) Os entrevistados: para a maioria (55%) existem procedimentos legais para lidar com conflitos de interesses dos membros do CA embora alguns (14%) considerem não existir e que deviam existir; as opiniões estão divididas entre concordarem (36%) e discordarem (32%) com carácter público dos conflitos de interesses; a larga maioria (86%) considera que a identidade dos membros do CA e os seus currículos devem ser públicos; a maioria (68%) considera que a remuneração e outros direitos devem ser públicos. Relativamente ao acesso a fontes de informação, a maioria dos entrevistados considera que o relatório de contas e actividades e os relatórios externos são abertos ao público; a distribuição do orçamento pelos vários sectores do hospital, os indicadores de acompanhamento do desempenho e as actas do CA as respostas consideram maioritariamente que o acesso é restrigido aos profissionais do hospital ou exclusivamente aos membros do CA.

Conclusões (Conclusions):

(A) Foram dados passos importantes na constituição de bases para a existência e reforço/desenvolvimento da governação hospitalar em Portugal. O Estado deve passar rapidamente da publicação legislativa à prática efectiva. A informação do sítio do SEE deve ser estendida a todos os hospitais EPE (e também aos SPA). A informação disponível sobre os trabalhos da CACAH é muito escassa, não se conhece o seu relatório final e desconhecem-se as suas consequências práticas.

(B) A aceitação de boas práticas nos órgãos de governo do hospital, nomeadamente no CA, parece ser positivo; a excepção está relacionada com o carácter público dos conflitos de interesses cujas respostas estão mais divididas. Relativamente ao acesso às várias fontes de informação, algumas das medidas tomadas para o SEE facilitam o acesso à informação relativa aos hospitais EPE; no entanto, o acesso de informação sobre os hospitais SPA continua ainda bastante disperso e pouco integrado.